



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 8.624, DE 2017 **(Do Sr. Francisco Floriano)**

"Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre a exclusão da cobertura da apólice de seguro do veículo de motorista embriagado que se envolver em acidente".

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5764/2013. POR OPORTUNO, REVEJO O DESPACHO APOSTO AO PL 5764/13, PARA DETERMINAR QUE EM DECORRÊNCIA DA APENSAÇÃO DO PL 8.624/2017, A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA DEVERÁ SE PRONUNCIAR TAMBÉM QUANTO AO MÉRITO.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre a exclusão da cobertura da apólice de seguro do veículo de motorista embriagado que se envolver em acidente.

Art. 2º. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 768-A. O segurado perderá a cobertura da apólice de seguro do veículo quando se envolver em acidente ocasionado por motivo de embriaguez.

§ 1º. A seguradora deverá garantir o pagamento a terceiros por danos causados pelo segurado embriagado.

§ 2º. A cláusula restritiva utilizada pela seguradora para negar a cobertura deverá ser redigida com destaque a fim de permitir ao consumidor sua imediata compreensão, sendo que o conhecimento dela pelo segurado deve anteceder a formalização do contrato.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O objetivo desse Projeto de lei é dificultar ainda mais a vida de quem bebe e insiste em dirigir colocando a vida de outras pessoas em risco.

O contrato de seguro, regulado pelos artigos 757 e seguintes do Código Civil, tem como objeto principal a cobertura do risco contratado, evento futuro e incerto, mediante o pagamento do prêmio. O segurador apenas estará desobrigado ao pagamento da indenização caso comprovado o dolo ou a má-fé do segurado, ou ainda quando restar configurado o agravamento do risco.

Nos termos do art. 768 do CC, o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato. O “agravamento” deve possuir uma relevância capaz de romper o equilíbrio contratual, ou seja a proporção entre o risco assumido e o prêmio pago, equação esta que apenas pode ser resolvida com a análise do caso concreto.

Principalmente em relação ao seguro automotivo, em virtude das mudanças atuais no CTB, a discussão em torno da questão da embriaguez ao volante, tornou-se mais acirrada. No dia 20/12/2012 entrou em vigor a Lei nº 12.760 que alterou o CTB – Lei 9.503/1997. A nova lei inovou no sentido de dobrar a multa prevista como penalidade para aquele que dirige sob a influência de álcool, de acordo com a nova redação do art. 165. A redação anterior deste artigo previa o mesmo período de suspensão do direito de dirigir, no entanto a multa era a metade daquela agora prevista, o que demonstra a intenção do legislador de dispensar tratamento mais rígido aos motoristas que dirigem embriagados ou sob efeito de substância psicoativa.

Em que pese à nova lei tenha reduzido à zero a tolerância e facilitado à prova da embriaguez, tratando-se de seguro automotivo a questão da embriaguez deve ser analisada caso a caso, pois nem sempre o fato de o motorista ter ingerido bebidas alcoólicas pode ser tido como agravamento intencional do risco a dar ensejo à perda do direito à garantia, não podendo ser aplicado no contrato civil o rigor previsto legislativamente para a esfera penal e administrativa.

Entendo que, a obrigação indenizatória da seguradora apenas restará afastada uma vez comprovado que o condutor do veículo segurado estava sob efeito de álcool no momento do acidente e que o acidente foi decorrente deste consumo. Apenas preenchidos estes requisitos estaremos diante de uma circunstância real geradora de agravamento dos riscos, capaz de ensejar a perda do direito ao seguro.

Nesse sentido, em recente decisão, a 3ª Turma do STJ, decidiu pela exclusão da cobertura do seguro em caso de acidente envolvendo motorista embriagado. A relatora do caso, ministra Nancy Andrigli, em seu voto, disse que: “Ainda que não haja intenção de agravar o risco por parte do segurado, há prática intencional de ato que leva despercebidamente ao mesmo resultado, uma vez que a conduta torna a realização do risco previsível. Comportar-se de maneira a agravar o risco, principalmente, quando o próprio contrato dispõe que tal comportamento importa na exclusão da cobertura, é violação manifesta ao princípio da boa-fé”, disse a ministra. O voto da ministra foi seguido pela maioria da turma.

A doutrina majoritária entende que, a cláusula de excludente invocada pelas seguradoras para excluir a cobertura do seguro no caso de embriaguez, embora restritiva, é legal, mas somente poderá a seguradora invocá-la naqueles casos em que comprove que a embriaguez foi fator determinante e exclusivo para a ocorrência do acidente, sendo necessário ainda o conhecimento prévio do segurado desta cláusula restritiva.

A referida cláusula restritiva deverá ser redigida com destaque a fim de permitir ao consumidor sua imediata compreensão, sendo que o conhecimento dela pelo segurado deve anteceder a formalização do contrato, em decorrência do princípio da cognoscibilidade previsto no artigo 46 do CDC e aplicável nos contratos de seguros.

Assim, partindo de uma interpretação sistemática do assunto, sentimos a necessidade de apresentar esse Projeto de lei para pacificar esta questão na doutrina e na jurisprudência e garantir segurança jurídica para esse tipo de situação contratual.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de lei.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2017.

Deputado FRANCISCO FLORIANO (DEM/RJ)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
PARTE ESPECIAL

LIVRO I
DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

.....
TÍTULO VI
DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO

.....
CAPÍTULO XV
DO SEGURO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 757. Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados.

Parágrafo único. Somente pode ser parte, no contrato de seguro, como segurador, entidade para tal fim legalmente autorizada.

Art. 758. O contrato de seguro prova-se com a exibição da apólice ou do bilhete do seguro, e, na falta deles, por documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio.

Art. 759. A emissão da apólice deverá ser precedida de proposta escrita com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco.

Art. 760. A apólice ou o bilhete de seguro serão nominativos, à ordem ou ao portador, e mencionarão os riscos assumidos, o início e o fim de sua validade, o limite da garantia e o prêmio devido, e, quando for o caso, o nome do segurado e o do beneficiário.

Parágrafo único. No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete não podem ser ao portador.

Art. 761. Quando o risco for assumido em co-seguro, a apólice indicará o segurador que administrará o contrato e representará os demais, para todos os seus efeitos.

Art. 762. Nulo será o contrato para garantia de risco proveniente de ato doloso do segurado, do beneficiário, ou de representante de um ou de outro.

Art. 763. Não terá direito a indenização o segurado que estiver em mora no pagamento do prêmio, se ocorrer o sinistro antes de sua purgação.

Art. 764. Salvo disposição especial, o fato de se não ter verificado o risco, em

previsão do qual se faz o seguro, não exime o segurado de pagar o prêmio.

Art. 765. O segurado e o segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato, a mais estrita boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e declarações a ele concernentes.

Art. 766. Se o segurado, por si ou por seu representante, fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou na taxa do prêmio, perderá o direito à garantia, além de ficar obrigado ao prêmio vencido.

Parágrafo único. Se a inexatidão ou omissão nas declarações não resultar de má-fé do segurado, o segurador terá direito a resolver o contrato, ou a cobrar, mesmo após o sinistro, a diferença do prêmio.

Art. 767. No seguro à conta de outrem, o segurador pode opor ao segurado quaisquer defesas que tenha contra o estipulante, por descumprimento das normas de conclusão do contrato, ou de pagamento do prêmio.

Art. 768. O segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato.

Art. 769. O segurado é obrigado a comunicar ao segurador, logo que saiba, todo incidente suscetível de agravar consideravelmente o risco coberto, sob pena de perder o direito à garantia, se provar que silenciou de má-fé.

§ 1º O segurador, desde que o faça nos quinze dias seguintes ao recebimento do aviso da agravação do risco sem culpa do segurado, poderá dar-lhe ciência, por escrito, de sua decisão de resolver o contrato.

§ 2º A resolução só será eficaz trinta dias após a notificação, devendo ser restituída pelo segurador a diferença do prêmio.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO XV DAS INFRAÇÕES

Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: [“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 11.705, de 19/6/2008](#)

Infração - gravíssima; [\(Redação dada pela Lei nº 11.705, de 19/6/2008\)](#)

Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses. [\(Redação dada pela Lei nº 12.760, de 20/12/2012\)](#)

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - do Código de Trânsito Brasileiro. [\(Redação dada pela Lei nº 12.760, de 20/12/2012\)](#)

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no *caput* em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses. [\(Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 12.760, de 20/12/2012\)](#)

Art. 165-A. Recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, na

forma estabelecida pelo art. 277:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270.

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no *caput* em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 13.281, de 4/5/2016, publicada no DOU de 5/5/2016, em vigor 180 dias após a publicação\)](#)

Art. 166. Confiar ou entregar a direção de veículo a pessoa que, mesmo habilitada, por seu estado físico ou psíquico, não estiver em condições de dirigi-lo com segurança:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO VI DA PROTEÇÃO CONTRATUAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

FIM DO DOCUMENTO